

Seção IV
Do Processo Administrativo-Disciplinar

Art. 140. O Processo Administrativo-Disciplinar será instaurado por determinação do Secretário de Estado da Fazenda, ou do Contador e Auditor-Geral do Estado, para apurar a responsabilidade de Auditor do Estado, sempre que tiver notícia de irregularidades que possam importar na aplicação das penalidades previstas nos incisos IV a VI do art. 122, assegurada ao indiciado ampla defesa, nos termos do Título V do Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul.

Seção V
Do Procedimento por Acumulação Proibida

Art. 141. Em caso de acumulação de cargos não permitida, será instaurado o Processo Administrativo-Disciplinar ante o conhecimento do fato pela autoridade competente, o qual seguirá o rito prescrito nesta Lei Orgânica.

Art. 142. Verificada a acumulação proibida e provada a boa-fé do indiciado, o Auditor do Estado optará por um dos cargos.

§ 1.º Provada, porém, a má-fé no ato, o indiciado poderá ser demitido do cargo de Auditor do Estado, devolvendo o que indevidamente houver recebido.

§ 2.º Em relação ao outro cargo ou função, se de natureza pública, será comunicada a infração à autoridade competente.

Seção VI
Do Processo Disciplinar por Abandono de Cargo

Art. 143. Quando o número de faltas não justificadas de Auditor do Estado ultrapassar a 30 (trinta) consecutivas ou 60 (sessenta) intercaladas durante 1 (um) ano, seu chefe imediato encaminhará, ao Contador e Auditor-Geral do Estado, comunicação a respeito, com relatório de verificação sumária previamente realizada.

Art. 144. O Contador e Auditor-Geral do Estado, apreciando o relatório de que trata o artigo anterior, proporá:
I - as medidas cabíveis ao encerramento do processo, se ficar provada a existência de força maior, coação ilegal ou circunstância ligada ao estado físico ou psíquico que não caracterize o abandono do cargo, ou que possa determinar a justificação das faltas;

II - a instauração de Processo Administrativo-Disciplinar, se o Auditor do Estado for estável ou inexistirem provas das situações mencionadas no inciso anterior, ou existindo, forem julgadas insatisfatórias.

Art. 145. Mesmo ultrapassando 30 (trinta) faltas consecutivas, o Auditor do Estado terá o direito de reassumir o exercício do seu cargo, nele aguardando decisão final do processo, salvo se estiver com prisão ou suspensão preventiva decretada.

Art. 146. Instaurado o processo, o feito seguirá o rito estabelecido nesta lei, não obstante o indiciado conteste o fato do abandono ou procure justificá-lo.

Art. 147. Se o indiciado em abandono de cargo apresentar pedido de exoneração será encerrado o processo, a juízo da autoridade instauradora, desde que o mesmo verse exclusivamente sobre o abandono e não seja o requerente indiciado em outros processos administrativo-disciplinares.

Seção VII
Da Suspensão Preventiva

Art. 148. Poderá a autoridade instauradora do Processo Administrativo-Disciplinar, em despacho motivado, ordenar a suspensão preventiva do indiciado por até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, desde que sua permanência no exercício do cargo seja reputada inconveniente ou prejudicial à apuração dos fatos.

Art. 149. O Auditor do Estado suspenso preventivamente terá direito:
I - à contagem de tempo de serviço referente ao período em que tenha estado suspenso, quando não houver resultado aplicação de pena disciplinar, ou quando esta se limitar à de censura ou multa;
II - à contagem, como tempo de efetivo exercício, do período de afastamento que exceder o prazo de suspensão disciplinar aplicada;
III - à percepção dos vencimentos e demais vantagens, como se em exercício estivesse, na hipótese de enquadramento no disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Caso o Auditor do Estado, suspenso previamente, venha a ser punido com suspensão, computar-se-á o tempo de suspensão preventiva para integrar o prazo de cumprimento da penalidade, procedendo-se aos respectivos ajustes no tempo de serviço, vencimentos e demais vantagens, na forma que dispõe o § 1.º do art. 125.

Seção VIII
Dos Recursos às Penas Disciplinares

Art. 150. Ao Auditor do Estado punido é assegurado direito de, mediante petição fundamentada, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data em que tiver ciência da imposição da pena, o direito de:
I - pedir reconsideração à mesma autoridade que a tenha imposto;
II - recorrer, com efeito suspensivo, ao superior imediato de quem aplicou a pena.

Art. 151. O pedido de reconsideração ou o recurso será julgado em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, contados da data do ingresso do requerimento.

Seção IX
Da Revisão das Penas Disciplinares

Art. 152. Admitir-se-á revisão do procedimento administrativo findo, de que haja resultado imposição de penalidade disciplinar, quando:
I - se comprovar que a decisão condenatória foi contrária a texto expresso de lei ou à evidência dos autos;

II - se comprovar que a decisão condenatória se fundamentou em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos;

III - após a decisão condenatória, forem apresentadas novas provas de inocência do punido ou de circunstâncias que autorizem a redução da pena aplicada.

§ 1.º Os pedidos que não se fundarem nas hipóteses enumeradas neste artigo serão indeferidos liminarmente, assim como aqueles que tiverem por base simples alegação de injustiça na imposição da pena.

§ 2.º Não será admissível a reiteração do pedido, salvo se fundado em fatos novos.

§ 3.º Em se tratando de Auditor do Estado falecido, ou incapacitado para requerer, a revisão poderá ser solicitada pelo cônjuge, descendente, ascendente, sogro, irmão ou pessoa a eles equiparada pela legislação previdenciária do Estado, que poderão se fazer representar por advogado.

Art. 153. O pedido de revisão, devidamente instruído, deverá ser dirigido à autoridade que tenha imposto a pena.

§ 1.º Se indeferido o pedido, caberá recurso ou reconsideração.

§ 2.º Se deferido, o pedido será apensado aos autos do procedimento original, quando a autoridade mandará encaminhar os expedientes ao Secretário de Estado da Fazenda.

Art. 154. O pedido de revisão será julgado em prazo não superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 155. Julgada procedente a revisão, a autoridade competente poderá absolver o punido, alterar a classificação da infração ou modificar a pena imposta, que não poderá resultar no agravamento da pena aplicada.

Seção X
Do Cancelamento de Notas

Art. 156. O Auditor do Estado que tenha sofrido pena disciplinar de censura ou de suspensão poderá obter o cancelamento das respectivas notas nos assentamentos funcionais, quando não haja sofrido outra punição disciplinar dentro dos seguintes prazos:
I - 3 (três) anos, no caso de censura;
II - 5 (cinco) anos, no de suspensão.

§ 1.º O termo inicial dos prazos, estipulados neste artigo, recairá no dia imediato ao da aplicação da pena de censura e ao do cumprimento da pena de suspensão.

§ 2.º O cancelamento das anotações relativas à pena de suspensão não implicará o pagamento de diferenças de vencimentos e demais vantagens pecuniárias, nem o cômputo de tempo de efetivo serviço correspondente ao período de cumprimento da pena.

Art. 157. A decisão será proferida pela autoridade que tiver imposto a pena em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

§ 1.º Do indeferimento do pedido caberá reconsideração para a mesma autoridade, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão denegatória.

§ 2.º O pedido de reconsideração será julgado em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

TÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 158. São mantidas as funções gratificadas e padrões correspondentes lotadas na Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, na forma da lei.

Art. 159. O Agente Fiscal do Tesouro do Estado em exercício na Contadoria e Auditoria-Geral do Estado poderá exercer função gratificada e perceber gratificação de substituição.

§ 1.º A indicação para a função referida no art. 4.º desta Lei Complementar poderá recair em integrante da carreira de Agente Fiscal do Tesouro do Estado, ativo, com mais de 8 (oito) anos de exercício na Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, salvo provimento do cargo de Auditor do Estado, mediante a opção de que trata o art. 160, situação em que a escolha recairá preferencialmente sobre titular deste último cargo.

§ 2.º Fica assegurado aos Agentes Fiscais do Tesouro do Estado o estabelecido no parágrafo único do art. 13 desta Lei Complementar.

§ 3.º Fica assegurado aos Agentes Fiscais do Tesouro do Estado que estejam cedidos ou licenciados e que não exercerem o direito de opção previsto no art. 160, o retorno para exercício na Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, quando cessar a cedência ou licença.

Art. 160. Os atuais Agentes Fiscais do Tesouro do Estado poderão exercer o direito de opção pelo cargo de Auditor do Estado de que trata o art. 11 até 31 de dezembro de 2010.

§ 1.º Os Agentes Fiscais do Tesouro do Estado que desejarem fazer a opção referida no "caput" deste artigo deverão exercer esse direito mediante requerimento escrito, dirigido ao Secretário de Estado da Fazenda.

§ 2.º Os Agentes Fiscais do Tesouro do Estado que exercerem o direito de opção previsto no "caput" deste artigo e que estejam cedidos para a União, Estados, Municípios, outros Poderes, Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual ou que estejam em exercício em outras áreas da Secretaria da Fazenda, podem permanecer cedidos ou em exercício nos locais atuais, desde que detentores de função gratificada.

Art. 161. Ficam asseguradas aos Agentes Fiscais do Tesouro do Estado, que estiverem em exercício na Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, as atribuições previstas nesta Lei Complementar para o Auditor do Estado, enquanto lá permanecerem.

Parágrafo único. O direito assegurado no "caput" deste artigo fica estendido aos Agentes Fiscais do Tesouro do Estado, a partir do início de seu exercício na Contadoria e Auditoria-Geral do Estado e durante o prazo que ali permanecerem.

Art. 162. Fica assegurada ao Agente Fiscal do Tesouro do Estado a percepção de remuneração composta de parte básica e variável estabelecida para seu órgão de lotação, quando em exercício na Contadoria e Auditoria-Geral do Estado.

Art. 163. Os casos omissos nesta Lei Orgânica regular-se-ão, no que couber, pelo Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 164. O Poder Executivo remeterá, no prazo de 90 (noventa) dias, à Assembleia Legislativa projeto de lei fixando o Quadro Único de Funções Gratificadas da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, constando número, atribuições e remuneração.

Art. 165. As disposições desta Lei Complementar estendem-se aos inativos e pensionistas.

Art. 166. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 167. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 168. Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 26 de abril de 2010.

Registre-se e publique-se.

BERCÍLIO LUIZ DA SILVA,
Chefe de Casa Civil.

Projeto de Lei Complementar nº 300/2009, de iniciativa do Poder Executivo

YEDA RORATO CRUSIUS,
Governadora do Estado.